



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

CONTRATO Nº 38/2012



**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
EDUCAÇÃO SUPERIOR – SECITECE E A
EMPRESA CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS
E REPRESENTAÇÕES LTDA., PARA O FIM
NELE INDICADO.**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR – SECITECE, inscrita no CNPJ sob o n.º 73.642.415/0001-32, integrante da Administração Direta do Governo do Estado do Ceará, com sede na Av. Dr. José Martins Rodrigues, n.º 150, Centro Administrativo Bárbara de Alencar, Edson Queiroz, Fortaleza - CE, neste ato representada por seu Secretário, Sr. René Teixeira Barreira, portador da Carteira de Identidade n.º 950.024.07201 e C.P.F. n.º 018.207.963-53, residente e domiciliado na Rua Silva Jatahy, n.º 250, apto. 1600, Fortaleza – CE, CEP: 60.165-070, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, CNPJ/MF n.º 07.468.050/0001-47, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Santa Rosália, n.º 230, Messejana, Fortaleza – Ceará, CEP: 60871-060, Fone: (85) 32768830, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.468.050/0001-47, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por sua gerente comercial, Marinalva Lima Pereira, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na Rua Almeida Filho, n.º 174, Montese, Fortaleza - Ceará, portador da Carteira de Identidade n.º 2002010249637-SSP-CE, e do CPF n.º 367.200.383-20, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Presencial n.º 20120010 e seus anexos, os preceitos do direito público, na Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto e no processo n.º 12121995-0/SECITECE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Presencial n.º 20120010 e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, para execução das atividades de Sistemas, Suporte e O&M (Negócios) IV; Suporte Operacional em Hardware e Software; Programador Pleno; Técnico em Atendimento; Administrador de Redes; Recepcionista; Auxiliar de Serviços Gerais e Auxiliar de Manutenção, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA.



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-67
Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 223716 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas. O
referido é verdade Dou. fe. Fortaleza, 17 de agosto de
2022 Emolumentos R\$ 3,01 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Ariane L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - Adriano Silva de Brito - Escreventes
Op.: MICHAEL - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Confira os dados do ato em
selodigital.tce.jus.br/portal





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. Os serviços, objeto deste contrato serão desempenhadas nas dependências da Universidade do Trabalho Digital – UTD, situada na Rua Major Facundo, nº 500 – Centro, sendo de responsabilidade da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE, situada na Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150 – Edson Queiroz – CEP: 60811-520 – Fortaleza Ceará.

4.2. O objeto será executado na forma de execução indireta sob o regime EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO

5.1. O valor contratual global importa na quantia de R\$ 704.073,60 (Setecentos e quatro mil, setenta e três reais e sessenta centavos).

5.2. Quando da repactuação salarial das categorias através de convenção coletiva de trabalho, será feito o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.3. Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aqueles decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal/fatura de serviço e recibo correspondente, através de depósito bancário em conta a ser fornecida pela própria contratada, preferencialmente no Banco Brasileiro de Descontos S/A – BRADESCO.

6.2 Serão retidos na fonte, os tributos e contribuições elencadas pelos órgãos fiscais e fazendários conforme as normas vigentes.

6.3 Cada fatura corresponderá aos serviços efetivamente executados no período de cada mês civil e será paga no prazo acima avençado, condicionada à comprovação, pela contratada, do pagamento dos salários, da concessão dos benefícios de vale alimentação e vale transporte e dos encargos sociais do mês anterior, observando os prazos estabelecidos pela legislação aplicável.

6.4 As faturas deverão ser entregues na SECITECE, sob protocolo, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços para fins de conferência e atestação da execução dos serviços relativos ao mês da prestação dos serviços faturados.

6.5 Em nenhuma hipótese e sob qualquer pretexto poderá a CONTRATADA vincular pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados, aos pagamentos a ela devidos pela CONTRATANTE.

6.6. A CONTRATADA pagará mensalmente as quantidades de vale alimentação e vale transporte correspondentes aos dias úteis laborados no mês civil, conforme planilha e memória de cálculo que estipula a quantidade máxima a ser paga, de acordo os valores determinados na Convenção Coletiva de Trabalho.

6.7 Serão descontados mensalmente, "ex officio" por Fatura, os valores decorrentes de indenizações e de multas eventualmente registrados no período ou débitos anteriores de responsabilidade da contratada.



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELA: ANSOLA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-67
Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 223716 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas
referido é verdade Dou fé. Fortaleza, 17 de agosto de
2022 Emolumentos R\$ 3,01 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Ariene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - Adriano Silva de Brito - Escreventes
Op.: MICHAEL - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

dos do ato em:
e.jus.br/portal





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

6.8. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.9. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do instrumento contratual

6.10. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA PAGAMENTO DA FATURA MENSAL:

6.10.1. Documento de solicitação contendo valor, mês de referência dos serviços executados e quantidade de funcionários terceirizados contratados, planilha de custos (conforme anexo), Documento de Aceitação da Proposta da Fatura – DAF, deverão ser encaminhados, através de protocolo, à Coordenadoria de Administração e Finanças - COAFI para análise e posterior pagamento.

6.10.2. Listagem contendo relação dos funcionários com assinatura referente ao vale alimentação e quantidade específica recebida por cada um de acordo com o subitem 6.6, deste termo.

6.10.3. Planilha de Custos vencedora conforme publicação do Edital.

6.10.4. Nota fiscal com os descontos conforme Tributos e Encargos Sociais.

6.10.5. Cópia autenticada do documento referente à GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e Informações da Previdência Social, com competência do mês e quantidade de empregados que fazem parte do Contrato mantido com esta SECITECE e empresa vencedora do processo licitatório.

6.10.6. Relação dos empregados beneficiados referentes ao subitem 6.12.4 (Encargos Sociais recolhimento INSS parte do empregado) que fazem parte do Contrato em vigor entre esta SECITECE e a empresa vencedora do processo licitatório.

6.10.7. Documento referente à GPS - Guia da Previdência Social e relação dos funcionários com o devido recolhimento referente ao Contrato entre esta SECITECE e a empresa vencedora do processo licitatório.

6.10.8. Certidões Negativas das Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como do FGTS, Trabalhista e INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes da seguinte(s) classificação orçamentária: 31100001.12.363.070.28796.01.33903700.00.0.30

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, devendo seu extrato ser publicado no Diário Oficial do Estado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666/1993, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. A garantia prestada, de acordo com o estipulado no edital, será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/1993. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 19.7.1 do edital.



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ANGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-67
Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 223716 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas
referido é verdade Dou fé. Fortaleza, 17 de agosto de
2022 Emolumentos R\$ 3,01 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Ariane L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - Adriano Silva de Brito - Escreventes

Op.: MICHAEL - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar o objeto em conformidade com as condições contratuais.
- 10.2. Manter-se durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.
- 10.4. Realizar o pagamento dos terceirizados na data fixada pela CONTRATANTE, inclusive dos vales alimentação.
- 10.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução do contrato.
- 10.6. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específica de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução do contrato.
- 10.7. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 10.8. Providenciar a substituição de qualquer empregado que esteja a serviço da contratante, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.
- 10.9. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.
- 10.10. Apresentar mensalmente junto à CONTRATANTE no prazo máximo de cinco dias úteis subsequente ao término dos serviços prestados, as folhas de pagamentos e as guias de recolhimentos dos encargos sociais exigidos em legislação vigente, em que se comprove a inclusão de empregados utilizados nos serviços contratados, os quais não terão, em tempo algum, durante o período contratual, nenhum vínculo empregatício com a contratante ou com o Governo do Estado do Ceará, sendo também de responsabilidade da contratada, o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, (FGTS, PIS, EMOLUMENTOS, SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO e outros previstos em lei), ficando excluída qualquer solidariedade da contratante por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da contratada com referência às suas obrigações não se transfere a contratante. Em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, poderá a contratada vincular pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados, aos pagamentos a ela devidos pela CONTRATANTE.
- 10.11. Manter durante toda a execução contratual, um escritório instalado na cidade de Fortaleza, com toda a infra-estrutura adequada, para atender as necessidades da contratada no intercâmbio financeiro e de recursos humanos.



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ANGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-67
Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 223716 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas. O
referido é verdade. Dou fé. Fortaleza, 17 de agosto de
2022 Emolumentos R\$ 3,01 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Arlione L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - Adriano Silva de Brito - Ecreventes

Op.: MICHAEL - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

10.12. Apresentar a CONTRATANTE, previamente, a escala de férias dos empregados que estiverem à disposição da contratante, bem como fazer suas reposições com as mesmas características profissionais daqueles beneficiados por férias ou licenças.

10.13. Em caso de deslocamento de locado a serviço, serão concedidos benefícios para cobrir as despesas com hospedagem e alimentação, na forma e condições estabelecidas na legislação pertinente e no valor estabelecido na Convenção/Dissídios coletivos de trabalho da categoria profissional respectiva;

10.13.1. O pagamento de diárias deverá ser efetuado ao locado, em até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do termo contratual, inclusive com o fornecimento de equipamentos e materiais, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

11.2. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

11.3. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

11.4. Fixar a data para realização do pagamento dos terceirizados, inclusive dos vales alimentação ou qualquer outro valor que venha a ser atribuído à categoria.

11.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

11.6. Determinar o horário da realização dos serviços podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência da contratante com observância das leis trabalhistas.

11.7. Solicitar que a contratada realize treinamento específico a fim de atender interesse exclusivo da Administração, permanecendo a responsabilidade primária da contratada em manter a especialização e qualidade dos serviços licitados. Os custos decorrentes dessa hipótese serão ressarcidos pela Administração, observando-se o disposto no art. 65, da Lei 8.666/93.

11.8. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

11.9. Reembolsar a contratada os valores decorrentes de pagamentos de diárias, devidamente comprovados, em caso de indispensável deslocamento de funcionário da contratada a serviço em outra localidade diferente da sua lotação, na forma e condições estabelecidas na legislação pertinente e no valor estabelecido na Convenção/Dissídios coletivos de trabalho da categoria profissional respectiva, não incidindo sobre estes, parcela correspondente a qualquer margem de lucro. Nos deslocamentos para fora do Estado será paga, além das diárias, a passagem aérea classe econômica, observando-se o disposto no Art. 65, da Lei 8.666/93.

11.10. Reembolsar à contratada os valores de despesas, devidamente comprovadas, decorrentes de pagamentos de horas extras, quando for o caso.

11.11. Indicar, conforme determina o Decreto Federal nº 2271/97, art. 6º, um gestor para o contrato, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução,



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ANGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-67
Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 223716. A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas. O
referido é verdade Dou. is. Fortaleza, 17 de agosto de
2022 Emolumentos R\$ 3,01 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Arianne L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - Adriano Silva de Brito - Escreventes
Op.: MICHAEL - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. LUIZ EDUARDO MAIA GADELHA, Orientador da Célula de Desenvolvimento de Recursos Humanos, especialmente designado para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

13.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.

b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento) em caso de reincidência.

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela contratante.

13.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, sendo então, descredenciada no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) do Estado do Ceará, pelo prazo máximo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

13.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de desconto dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

13.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80 do mesmo diploma legal.

14.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ANGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-67
Rua Major Paschoa, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 223716 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas. O
referido é verdade. Dou fé. Fortaleza, 17 de agosto de
2022. Emolumentos R\$ 3,01 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Ariene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - Adriano Silva de Brito - Escreventes
Op.: MICHAEL - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

no inciso XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. A publicação do extrato do presente contrato será providenciada pela CONTRATANTE, no Diário Oficial do Estado – D.O.E, como condição indispensável para sua eficácia, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro do município de Fortaleza, no Estado do Ceará para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual extraíram-se 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza, 20 de setembro de 2012.

Pela CONTRATADA

Pela SECITECE

Marinalva Lima Pereira
Representante Legal

Rene Teixeira Barreira
Secretário da SECITECE

TESTEMUNHAS:

1 -



ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº235/2012 DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	QUANT.	VALOR	DIÁRIAS ACRÉSCIMO	TOTAL
Francisco Carvalho de Arruda Coelho	Coordenador	169357-1-9	III	25-09-2012	Juazeiro do Norte-CE	Meia	38,55	20% (vinte por cento)	46,26
Sirigüela Maria Alves Vianna Simbaldi	Assessor	169343-1-3	III	25-09-2012	Juazeiro do Norte-CE	Meia	38,55	20% (vinte por cento)	46,26

*** **

PORTARIA Nº236/2012 - O SECRETÁRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DO CEARÁ EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE AUTORIZAR** o servidor **FRANCISCO CARVALHO DE ARRUDA COELHO**, ocupante do cargo de Coordenador, matrícula nº169357-1-9, desta Secretaria, a viajar à cidade de Tururu - CE, no dia 28 de setembro de 2012 a fim de participar do lançamento da Cartilha CULINÁRIA DO CAJU - Divulgação em massa Projeto-Intercap, concedendo-lhe meia diária, no valor unitário de R\$46,26 (Quarenta e seis reais e vinte e seis centavos), totalizando R\$46,26 (Quarenta e seis reais e vinte e seis centavos), de acordo com o artigo 3º, alínea a, §1º do art.4º, art.5º e seu §1º, art.10, classe III do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Secretaria. **SECRETÁRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR**, em Fortaleza, 17 de setembro de 2012.

Almir Bittencourt da Silva
SECRETÁRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR EM EXERCÍCIO
Registre-se e publique-se.

*** **

CONTRATO DE COMPRA E VENDA, COM FINANCIAMENTO DE EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS ENTRE O ESTADO DO CEARÁ E A MLW INTERMED

COMPRADOR: O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, com sede no Palácio da Abolição, situado na Av. Barão de Studart, nº505, Meireles, Fortaleza - Ceará, CEP: 60120-000; **VENDEDORA:** MLW Intermed Handels-und Consultinggesellschaft für Erzeugnisse und Ausrüstungen des Gesundheits- und Bildungswesens GmbH (MLW Intermed GmbH), sediada a August - Borsig - Ring 1, D-15566 Schöneiche/Berlin, República Federal da Alemanha; **TIPO DE CONTRATO:** Contrato de Compra e Venda com Financiamento; **OBJETO:** O COMPRADOR obriga-se a adquirir da VENDEDORA, e esta a fornecer-lhe, considerando o disposto do Projeto de Modernização tecnológica (PROMOTEC), equipamentos e instrumentos técnico-científicos e educacionais, bem como materiais e peças de reposição para áreas de saúde, segurança pública, ciência, tecnologia e educação superior, ensino profissionalizante e Corpo de Bombeiros fabricados na República Federal da Alemanha, principalmente nos novos Estados, na forma das ordens de compra que fazem parte integrante do instrumento, nos termos do Capítulo II a seguir estipulado, até o valor de 58.823.529,41 Euros (Cinquenta e oito milhões, oitocentos e vinte e três mil, quinhentos e vinte e nove euros e quarenta e um centavos), nos termos da autorização de garantia para exportação da EULER HERMES KREDIT-VERSICHERUNGS-AG, Hamburgo, atuando para este efeito como mandatária do Governo Alemão, segundo as condições estabelecidas no CONTRATO; **VALOR GLOBAL DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO:** Financiamento no valor de 58.823.529,41 Euros (Cinquenta e oito milhões, oitocentos e vinte e três mil, quinhentos e vinte e nove euros e quarenta e um centavos) nos termos da autorização de garantia para exportação da EULER HERMES KREDIT-VERSICHERUNGS-AG, Hamburgo, atuando para este efeito como mandatária do Governo Alemão, segundo as condições abaixo: Uma (01) parcela: 7,5% do valor de cada Ordem de Compra, relativo ao sinal; Uma (01) parcela: 7,5% do valor de cada embarque, contra entrega dos documentos de cada embarque; Quatorze (14) parcelas: 85% do valor de cada embarque em quatorze (14) prestações semestrais, vencendo-se a primeira seis (06) meses após a data de cada embarque. Em caso de equipamentos ou instrumentos de valor unitário superior a 3.000.000,00 (Três milhões de Euros), poderão ser adotadas as seguintes condições, aplicando-se um pagamento prévio e duas parcelas separadas, conforme a seguir discriminado: Uma (01) parcela (Pagamento prévio): 15% do valor de cada Ordem de Compra, relativo ao sinal, destinado para efetuar o primeiro pagamento parcial ao fabricante; Quatorze (14) parcelas: 35% do valor de cada Ordem de Compra em 14 (quatorze) prestações semestrais, vencendo-se a primeira seis (06) meses após a data de emissão do Protocolo de Recebimento Provisório e destinado a efetuar o segundo pagamento parcial ao fabricante; Quatorze (14) parcelas: 50% do valor de cada Ordem de Compra, em quatorze (14) prestações semestrais, vencendo-se a primeira seis (06) meses após a data de cada Protocolo de Recebimento Definitivo e destinado a efetuar o terceiro e último pagamento ao fabricante; **VIGÊNCIA:** Entrará em vigor na data de sua assinatura, gerando efeitos apenas após a obtenção de todas as autorizações necessárias tanto da parte do Governo Brasileiro como da parte do Governo Alemão e será extinto após o

pagamento total do principal e dos juros devidos pelo COMPRADOR, bem como o atendimento do prazo previsto na Cláusula 4, do Capítulo V, dando por extinto este Contrato e todas as obrigações dele derivadas, outorgando a VENDEDORA um instrumento de quitação de todos os débitos, quando solicitado: **FORO:** Fortaleza - Ceará; **DATA DA ASSINATURA:** 30 de agosto de 2012; **SIGNATÁRIOS:** Norbert Schmidt, Presidente, como VENDEDORA; Cid Ferreira Gomes, Governador do Estado do Ceará, como COMPRADOR; René Teixeira Barreira, Secretário da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, como COMPRADOR e Carlos Mauro Benevides Filho, Secretário da Fazenda, como GARANTIDOR. **SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR**, em Fortaleza, 13 de setembro de 2012.

Siela Silvinia Ponte Soares
ADVOGADA

*** **

HOMOLOGAÇÃO
CONTRATAÇÃO DA EMPRESA CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA., VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADA

O SECRETÁRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DO CEARÁ, em exercício, no uso das atribuições legais, considerando haver a Comissão Especial de Licitação cumprido todas as exigências do procedimento de licitação na modalidade Pregão Presencial nº20120010, Processo nº12121995-0 e Parecer Jurídico nº026/2012, da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, conforme especificado nos Anexos do referido Edital, parte integrante do Processo, afirmando-se que a licitação encontra-se regularmente desenvolvida para produzir os efeitos legais e jurídicos. Assim, nos termos da legislação vigente, art.43, VI, da Lei nº8.666/1993 e suas alterações posteriores, fica o presente processo **HOMOLOGADO** em favor da empresa **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração, cujo valor global é de R\$704.073,60 (Setecentos e quatro mil, setenta e três reais e sessenta centavos). **SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR**, em Fortaleza, 17 de setembro de 2012.

Almir Bittencourt da Silva
SECRETÁRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR EM EXERCÍCIO

*** **

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº11588272-2, **RESOLVE** com fundamento nos artigos 110, inciso I alínea "b" da Lei nº9.826 de 14 de maio de 1974 e, **AUTORIZAR** o servidor **ALEXANDRE ARAUJO COSTA**, ocupante do cargo de Professor, classe Titular, ref. P, lotado no Centro de Ciências e Tecnologia - CCT, matrícula nº06928.1-6, a **AFASTAR-SE** de suas atividades profissionais por um período de 06 (seis) dias, a partir de 22/04/2012 a 27/04/2012, a fim de realizar Trabalho na Assembleia Geral da European Geophysical Union em Viena - Austria, na sessão dedicada à Modelagem Climática Regional, projeções e impactos. **PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 12 de 09 de 2012.

José Arísio Lopes da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ EM EXERCÍCIO
Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
René Teixeira Barreira
SECRETÁRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo nº11042207-4/SPU **RESOLVE CESSAR OS EFEITOS**, a partir de 02.05.2011, do Ato Governamental de 24.03.2011, DOE 29.03.2011, que autoriza o afastamento da servidora **ANA LUIZA BESSA DE PAULA BARROS**, matrícula nº06642.1-9, para estágio na Unidade de Biocomputação do



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-67
Rua Major Faundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 223716 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas O
referido é verdade Dou fé. Fortaleza, 17 de agosto de
2022 Emolumentos R\$ 3,01 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Airlene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - Adriano Silva de Brito - Escreventes
Op.: MICHAEL - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

